

DO CAMPO PARA A CIDADE: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS NO TRABALHO CAMPONÊS

FROM THE COUNTRYSIDE TO THE CITY: SOCIAL-CULTURAL TRANSFORMATIONS IN PEASANT WORK

Carlos Antonio Bonamigo¹
Vosnei da Silva²

BONAMIGO, C. A.; SILVA, V. da. Do campo para a cidade: transformações socioculturais no trabalho camponês. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 2, p. 125-137, abr./jun. 2012.

RESUMO: O presente trabalho propõe-se a analisar as trajetórias socioculturais dos camponeses que migraram do campo para a cidade, no município de Francisco Beltrão, PR, a partir de 1950, tendo como eixo central as metamorfoses no processo de trabalho. Parte-se da perspectiva de que a modernização da agricultura privilegiou a elite agrária em detrimento do campesinato. Este, não possuindo meios de reproduzir-se no campo, teve como horizonte, na maioria das vezes, apenas a proletarianização urbana como meio de garantir sua sobrevivência. A partir da ruptura com sua condição camponesa, expressa na subordinação/exploração do seu trabalho na indústria, o ex-camponês passa a ser “domesticado” intensivamente, numa lógica que visa a reprodução ampliada do capital. Essas transformações na esfera do trabalho, tendo por eixo o avanço do capital no campo e a expropriação dos meios de produção e subsistência do camponês, trouxeram mudanças em vários aspectos socioculturais, destacando-se a alimentação, a religiosidade, as relações de vizinhança, familiares e de amizades, entre outros aspectos. Nesse sentido, busca-se compreender em que medida essas transformações socioculturais, operadas pela dinâmica da exploração/subordinação do trabalho ao capital, contribuem para aguçar ou mesmo dar novos contornos a questão social. Partimos de uma investigação teórica sobre o assunto e, posteriormente, a uma pesquisa de campo (entrevista semiestruturada) com dez (10) trabalhadores formais, que migraram do campo e são hoje assalariados na indústria. Finalizando com a análise das informações coletadas, efetivada entre os meses de agosto e setembro de 2011, tratando sobre a dinâmica sociocultural e do trabalho no campo, e também no espaço urbano-industrial. O projeto de pesquisa que originou este artigo foi aprovado pelo CEPEH/UNIPAR, sob o protocolo nº 20903/2011.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização da Agricultura; Campesinato; Trabalho; Transformações socioculturais.

ABSTRACT: The present study proposes an examination of the social-cultural trajectories of peasants who migrated from the countryside to the city, in the municipality of Francisco Beltrão, PR, from 1950, with the central axis on the metamorphoses in the work process. It starts from the perspective that the modernization of agriculture has privileged the agrarian elite at the expense of the peasantry. The latter, without means for reproducing in the countryside, aimed, in most cases, only towards an urban proletarianization as a means to ensure his survival. From the rupture with his peasant condition, expressed in the subordination/exploitation of their work in the industry, the former peasant becomes intensively “domesticated”, in a logic seeking the expanded reproduction of capital. These transformations in the sphere of work, with the axis of the advance in capital in the countryside and the expropria-

¹Doutor em Educação e docente da UNIPAR.

²Bacharel em Serviço Social pela UNIPAR.

tion of production and subsistence means from the peasant, brought dramatic changes in several social-cultural aspects, with emphasis on food, religiosity, neighborhood relationships, friendships and family, among others. In this sense, it seeks to understand the extent to which such social-cultural transformations, operated by the dynamics of exploitation/subordination of labor to capital, contributes to sharpen or even give new shapes to the social question. The authors start from a theoretical research on the subject and, subsequently, a field research (semi-structured interview) with ten (10) formal workers who migrated from the countryside and are now employed in the industry. The paper ends with the analysis of information collected, carried out between August and September 2011, treating on social-cultural dynamics and on work in the field, as well as the industrial-urban space. The research project that originated this paper was approved by CEPEH/UNIPAR, under Protocol No. 20903/2011.

KEYWORDS: Agriculture modernization; Peasantry; Work; Social-cultural transformations.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as trajetórias socioculturais dos camponeses que migraram do campo para a cidade, no município de Francisco Beltrão-PR, a partir de 1950. Tem como eixo central as metamorfoses no processo de trabalho decorrentes do processo de modernização da agricultura no Brasil nesse período. O processo de “modernização” é consequência da expansão do capital no campo e um dos meios pelos quais o capitalismo periférico encontra para sobreviver em tempos de *crise estrutural do capital*. (MÉSZÁROS, 2009)

A pesquisa partiu de um levantamento histórico-bibliográfico sobre o assunto, buscando compreender aspectos como a questão agrária, campesinato, expansão capitalista na agricultura, entre outros; também foram sistematizados alguns dados sobre diferentes temas e períodos e a complementamos com uma pesquisa de campo, com a coleta de dados por meio de entrevistas semidirigidas.

A partir das transformações ocorridas no trabalho camponês, procuramos analisar quais os desdobramentos/mudanças socioculturais decorreram. Inicialmente, apresentamos uma análise da modernização da agricultura e de que maneira ela serviu para beneficiar a conservadora oligarquia agrária brasileira em detrimento do campesinato. Posteriormente, buscamos caracterizar historicamente o sujeito do nosso

estudo - o camponês -, sua forma de trabalho, alimentação, lazer e demais relações sociais. Na última parte, adentramos no universo do mundo do trabalho, suas caracterizações mais gerais e mudanças decorrentes dos reordenamentos do capital, da precarização das condições de trabalho e das consequências aos trabalhadores.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: DA REVOLUÇÃO VERDE AO AGRO-NEGÓCIO

Por *questão agrária* entende-se o conjunto das relações sociais e de produção na agricultura, na qual se envolvem diversos atores sociais, dentre eles pequenos, médios e grandes produtores, além de instituições patronais e trabalhistas, movimentos sociais e, notadamente, o Estado. (STEDILE, 2005a; 2005b) Segundo José G. da Silva (1989), a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz. Portanto, toda uma complexa rede de interações econômicas numa determinada forma de sociedade.

O complexo processo desencadeado pela modernização da agricultura, a despeito dos benefícios resultantes para os latifundiários, significou para milhões de camponeses um doloroso processo de expropriação, pois “[...] entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas [...]” (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999, p. 1). Nesse sentido, a “modernização”, conhecida como *revolução verde*, posta em prática no campo, além de contar com um apoio econômico, político e ideológico de grandes empresas multinacionais, ancorou-se no Estado militar para consolidar os interesses das elites econômicas nacionais e estrangeiras. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006)

Diante disso, ao invés de acabar com vários conflitos no campo e, sobretudo, com a fome no país – grande artifício ideológico utilizado –, o que se viu foi maior concentração fundiária, repressão as organizações camponesas, mecanização e desemprego no campo, destruição da natureza e da biodiversidade, ocupação irregular urbana e pauperização de grandes contingentes populacionais.

A *revolução verde* significou uma profunda aceleração no processo de “modernização” e foi a partir dela que uma série de medidas foram implementadas com vistas a alterar subs-

tantivamente a produtividade agrícola. Segundo Adilson Alves, a *revolução verde* envolvia a implementação dos “pacotes tecnológicos”, que se constituíam em “mecanização, especialização, introdução de monocultura, emprego de produtos químicos e de sementes geneticamente modificadas, a fim de aumentar a produção”. (ALVES, 2010, p. 9)

Esse produtivismo propiciado pela *revolução verde* logo se mostrou limitado, uma vez que se restringiu apenas a algumas culturas agrícolas em poucas regiões do país, além de ser dependente de todo um aparato tecnológico para produzir. Ela só se sustentou por ser restrita e, segundo Silva (1982), com o apoio maciço do Estado militarizado³. O auge da modernização ancorou-se no governo militar (1964-1984) que assegurou sob dois aspectos principais o seu sucesso: o financiamento aos latifundiários e industriais e a repressão às demandas dos trabalhadores rurais.

Ilustrando o caráter específico da modernização implementada, dois entrevistados assim expuseram como eram as condições dos trabalhadores camponeses anterior a esse período:

Ah, nós prantava tudo manual, a boi, prantava a máquina, lavrava as terra tudo... tudo era braçal. (Entrevistado n.1, 52 anos)

[...] nós não tinha maquinário, era tudo no braço, tinha junta de boi no caso... nós num tinha máquina, assim trator ahhh... não era mecanizado, era... era tudo no braço no caso [...]. (Entrevistado n.8, 45 anos)

Entre os anos de 1960 a 1980, muitos setores da burguesia – além dos tradicionais latifundiários – aproveitaram para consolidar e ampliar seus domínios, sendo elucidativo o surgimento e consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs). Com uma política agrícola favorável ao processo de industrialização do campo, ancorada e legitimada segundo Mendonça (2010), no próprio Estatuto da Terra de 1964, a elite agrária avançou no processo de modernização, aumentando sua concentração fundiária, por meio da expropriação do campesinato, do monopolização do crédito agrícola, da subordinação dos camponeses aos complexos agroindustriais, forçando-os à proletarianização, tanto na cidade quanto no campo.

Ao mesmo tempo, é significativo destacar o papel que a *revolução verde* desempenhou como uma estratégia mais ampla no processo de manutenção e reprodução ampliada do capital, tanto em nível nacional quanto internacional. Essa tese é defendida por Montenegro Gómez. O autor salienta que é uma forma de reforçar o domínio dos países centrais sobre os periféricos, sob inúmeros aspectos: a) os países centrais dominam a tecnologia e a cadeia produtiva agrícola; b) cabe aos países centrais vender seus “pacotes tecnológicos” (máquinas, produtos químicos etc.); c) com a crise estrutural do capital iniciada na década de 1970, a *revolução verde* surge como mecanismo que garante a reprodução do capital; d) os países centrais tem o controle das economias agrícolas dos países periféricos; f) aos países periféricos cabe a função subordinada de fornecedores de matérias primas; g) artifício ideológico que permite a expansão do capital monopolista das multinacionais, através da falácia de acabar com a fome no mundo (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Ao longo das transformações da questão agrária brasileira, os latifundiários exerceram o domínio econômico, político e ideológico, restando uma posição de produção subordinada e marginal da agricultura camponesa. Sob essa mesma lógica, contraditória, desigual e excluyente, após perder sua posição hegemônica na sociedade para a burguesia industrial, o latifúndio manteve forte influência na esfera política, restando pouco espaço para políticas públicas dirigidas ao campesinato.⁴

Além da modernização aguçar a exclusão do campesinato ao acesso à terra, ela também contribuiu, decisivamente, para a expropriação/expulsão de milhares de trabalhadores do campo, contribuindo para o processo de produção e acumulação da indústria urbana. De acordo com os dados do IBGE, a população rural brasileira em 1950 era de 63,8%, restando sessenta anos depois, em 2010, apenas 15,6% no campo, ou seja, um declínio de 48,2%.

Não poderíamos destacar esse processo “modernizador”, marcadamente concentrador de terra e renda, sem abordar o papel da luta de classes no interior dessas transformações. O campesinato não foi um sujeito passivo. Houve, em todo esse período, grandes lutas de resistên-

³José Graziano da Silva chama esse processo de modernização da agricultura de “modernização conservadora”, e afirma que é “uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado”. (SILVA, 1982, p. 40)

⁴Somente em 1996, foi instituído o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

cia e de criação de novas alternativas de organização da produção agrícola e de projeto político para o país, com destaque para as entidades sindicais e movimentos sociais, sobretudo, nas três últimas décadas do século XX.

A partir de 1990 em diante, o *agronegócio* alcançou no Brasil uma grande expressão político-econômica, em que, aos poucos, foi consolidando seu poderio até ser atualmente louvado como o “salvador” do país. Sob a égide do *agronegócio*, a lógica da produção agrícola se desenvolve no sentido de tornar toda a cadeia da agricultura em um *negócio* rentável para o capital, sem importar-se se há pessoas ou mesmo povos inteiros que mal se alimentem. Subordinando a agricultura ao mercado monopolizado por multinacionais, o *agronegócio* volta-se para o mercado externo, com forte apoio do Estado. O Estado, por sua vez, também interessado nos saldos econômicos positivos para servilmente pagar suas dívidas externas (ZAYAS; GODEIRO, 2004).

Abocanhando quantitativa e qualitativamente maioria das terras do país, o *agronegócio* também se apropria majoritariamente dos recursos agrícolas disponíveis⁵; gera a menor quantidade de empregos no campo, além de muitas vezes manter condições de trabalho análogas ao escravismo⁶; também não encontra dificuldades – devido ao seu poder junto ao judiciário, mídia, polícia, entre outros – para fazer valer seu direito a *sainte propriété*, e voltado as *commodities*, não importa-se em dilapidar criminosamente a natureza e os trabalhadores sob seu jugo (CPT, 2010).

A hegemonia do *agronegócio* pode ser medida pelo seu peso político. Em 2007, segundo o site *Excelências*, no Congresso Nacional, 30% de todos os parlamentares eram ruralistas – leia-se latifundiários. Também o modelo agrícola defendido, tem colocado o Brasil no topo do ranking em consumo de agrotóxicos⁷, além da abertura aos transgênicos.

Impossibilitados nesse momento de aprofundar a temática, deixamos algumas ideias que podem tornar-se questões preocupantes em relação ao futuro gerados por essa lógica implementada pelo *agronegócio*: depredação dos re-

ursos naturais; criminalização dos movimentos sociais; subordinação ao *neoliberalismo* dos países centrais; contribuição ao processo de desindustrialização da economia; avanço sobre florestas e expulsão de povos indígenas, posseiros, quilombolas, além de muitas outras.

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO CAMPE-SINATO

Compreendemos o sujeito camponês, de modo geral, como o pequeno agricultor que tem sua terra como *terra de trabalho*, tendo-a como fonte principal de subsistência, utilizando-se da *força de trabalho* familiar e comercializando os excedentes de sua produção. Constituem um modo de vida e trabalho específicos, podendo ser pequenos proprietários, sem terras, posseiros, proletários do campo, entre outros (BONAMIGO, 2007; RIBEIRO, 2010).

No Brasil, os camponeses constituem a maioria dos agricultores, no entanto, sua histórica situação de exploração é flagrante, podendo ser constatada pelo Censo Agropecuário de 2006 da seguinte forma: representam 84,4% dos estabelecimentos agrícolas; ocupam uma área de apenas 24,3%; empregam 74,4 da *força de trabalho* do campo; respondem por 38% da renda bruta; são 89% mais produtivos do que o *agronegócio*, além de ser o grande produtor de alimentos da maioria da população.⁸

De modo geral, o camponês encontra pouco apoio além do próprio círculo familiar e de vizinhança. Segundo Fernandes (2003), o camponês, geralmente, é visto como um estorvo, esteja ou não integrado ao circuito do capital. Salientamos que o concebemos como sujeito fundamental, ao lado do operariado urbano, na produção da riqueza social, não confundindo-o com um “resquício feudal”, tampouco como algo residual e em vias de extinção.

As culturas são as mais diversas manifestações materiais e imateriais pelas quais os seres humanos interagem entre si. Georg Lukács (1978), afirma que são todas as atividades e produtos secundários em relação à manutenção material imediata dos homens. Sem deixar de considerar que a cultura possui espe-

⁵Na safra 2010/2011 o agronegócio apropriou-se de quase 88% de todo o recurso destinado à agricultura (MDA, 2010).

⁶Entre os anos de 2008 a 2010, a CPT registrou 17.391 denúncias de trabalho escravo, sendo 12.464 os trabalhadores libertados.

⁷Segundo Rigotto (2011), “em 2009, foram vendidas no Brasil 789.974 toneladas de agrotóxicos, movimentando US\$ 6,8 bilhões e fazendo do país o maior consumidor desse tipo de substância no mundo”.

⁸Ainda segundo o Censo de 2006, o campesinato é responsável pela produção de 87% da mandioca; 70% do feijão; 59% dos suínos; 58% do leite; 50% das aves; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz; 30% dos bovinos.

cificidades determinadas tanto espacial quanto temporalmente. Chauí (2006), por sua vez, caracteriza a cultura como o amplo conjunto das relações sociais, instituições, linguagem, religião, filosofia, entre uma infinidade de outros constructos humanos ao longo de sua história, que são transmitidos pela tradição.

A cultura camponesa abordada nesta pesquisa é aquela derivada dos camponeses imigrantes da Europa, majoritariamente constituída de alemães e italianos, e que por não encontrarem condições adequadas de reprodução nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, migraram para o Sudoeste Paranaense, no intuito de colonizar a região, em especial, a partir de 1940 em diante. Até então, esta região era tida como “um imenso ‘vazio’ demográfico”.⁹

Cabe destacar que, apesar de estarmos tratando da particularidade cultural camponesa, que se diferencia no espaço e no tempo, os traços mais essenciais dessa cultura podem ser encontrados em diversos espaços singulares e constituem aqui, neste estudo, o aspecto mais importante a ser discutido. Esses traços culturais estão presentes, cada um a seu modo, espalhados pelas diferentes regiões do país, expressos na linguagem, na culinária, na religiosidade, nas relações sociais familiares, de amizade e vizinhança, na especificidade do trabalho, nos hábitos, nos valores e regras morais, entre outros.

O TRABALHO, O LAZER, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

O trabalho se manifesta para o campesinato, de forma distinta daquela vivida no trabalho industrial, apesar de ambos estarem, em última instância, determinados pelo domínio do mercado capitalista mundializado. No entanto, é sobre estas especificidades do trabalho camponês que recai nossa ênfase, no sentido de capturar as suas singularidade e suas determinações na organização social.

Para o campesinato, o trabalho assume importância muito além da produção de mais-valia. Ele perpassa pelas relações entre indivíduos, animais domésticos e a natureza como um todo. Na interação do trabalho camponês há quase sempre uma intensidade que atravessa a biografia do sujeito; vai para além da produção e interação anônima da produção massifi-

cada mercantil, sua tendência é acompanhar os *tempos da natureza*, sem ocupar-se tanto com o despotismo do relógio, além de ter seu caráter coletivo assentado na composição majoritária dos membros familiares, os quais carregam a forte marca cultural da identificação com o trabalho árduo (THOMPSON, 2008).

A respeito da identificação com o trabalho, da importância da mão de obra familiar e o papel da mulher no labor cotidiano, uma das entrevistadas assim expressou o processo de trabalho no campo:

Era o pai e o meu irmão... todo mundo ia pra roça, sempre... a mãe ia pra roça também, a gente era em bastante né, a família era grande né, ai sempre a mãe e uma irmã ficava em casa, porque nós era em cinco irmã mulher, daí uma ficava em casa cá mãe até meio dia fazê serviço da casa e fazê almoço, e os outro ia pra roça... e de tarde ia todo mundo pra roça. (Entrevistada n.2, 41 anos)

É nesse sentido que destacamos a autonomia relativa no trabalho, questão aliás muito polêmica, mas, que não deixa de guardar vestígios frente ao trabalho da fábrica, pois, mesmo com a hegemonia social do capital, ainda é possível encontrar muitos casos em que “a organização e distribuição das tarefas entre os membros da unidade produtiva, o planejamento e a distribuição dos tempos de trabalho são ainda definições próprias” (BONAMIGO, 2007, p. 54).

Sobre o lazer e a convivência social, destacamos as transformações introduzidas pelo desenvolvimento nas mais diversas esferas da sociedade, como as comunicações, a economia, a cultura, entre outras. Engendradas pela expansão capitalista e impulsionadas pela “globalização”, aquilo que era peculiar da cultura camponesa vai perdendo espaço, o lazer e vizinhança, por exemplo, acabam sendo deixados de lado para atender os imperativos econômicos do individualismo contemporâneo.

O lazer no campo, aos finais de semana, foi assim resumido por uma das entrevistadas:

[...] era jogar bola, ou ir na casa das amigas, no rio... era bem bom... tinha culto de manhã, de tarde tinha jogo de futebol, torneios, essas coisa... se visitava bastante[...] (Entrevistada n.5, 26 anos).

⁹É importante destacar que, ao contrário do discurso da historiografia oficial e hegemônica, esta região já era habitada há tempos por povos indígenas, além dos chamados caboclos (ABRAMOVAY, 1981).

Os novos processos produtivos mudaram a dinâmica do lazer, seja pela migração dos jovens para a cidade (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999) ou pela virtualização das relações sociais; as brincadeiras e jogos coletivos sendo substituídos pela Tv ou os games; os rios sendo aniquilados pelo assoreamento e pelos agrotóxicos; a mídia e seus estereótipos da modernidade que implicitamente desqualificam o modo de ser camponês e a sociabilidade, tendendo a fetichizar-se cada vez mais sob o império do efêmero e da superficialidade (LIPOVETSKY apud LESSA, 2006).

Também destacamos a percepção dos entrevistados, a respeito do modo como veem as relações de vizinhança atualmente, no espaço urbano onde residem, se comparadas com as que mantinham antes de migrarem. Três diferentes trabalhadores assim expressaram suas percepções:

Aqui a gente tem vizinho, mas um não visita o outro né, por causa do dia-a-dia, do corre-corre [...] (Entrevistada n.3, 51 anos).

[...] se damo bem com os vizinho, só que não é... assim, a gente não se diverte mais que nem era lá né. (Entrevistada n.9, 43 anos).

Os vizinho era visitado, e ainda... come risoto, era... batê surpresa... era nesse estilo... hoje ninguém mais se visita né... [...] (Entrevistado n.10, 37 anos).

Pelos depoimentos, é possível perceber que, sob o ponto de vista destes ex-camponeses, as relações de vizinhança já não são mais as mesmas que eles vivenciavam. Há uma ruptura no seu antigo modo de vida decorrente, basicamente, das novas exigências do dia-a-dia.

Sobre o aspecto culinário, com a vinda para as cidades, a maioria das famílias camponesas viram-se impossibilitadas de manter seu antigo modo de alimentação. Em primeiro lugar, porque na cidade praticamente não há possibilidade de cultivar o próprio alimento; e em segundo lugar, a ausência de tempo exige pratos mais rápidos, geralmente produtos industrializados. A respeito dessa particularidade, a maioria dos pesquisados admitiu que a sua alimentação mudou, e sobretudo, para o aspecto negativo (menos saudável que a alimentação do campo). Nessa perspectiva, dois ex-camponeses ilustram a questão da alimentação, na primeira como era no campo e a segunda como é a per-

cepção daqui da cidade:

[...] a alimentação lá era uma alimentação muito saudável, porque era tudo tirado lá do campo mesmo né... fazia no fogão a lenha então... era uma comida grossera mas... tudo sustentava, tirado da roça mesmo né... sem nada de veneno (Entrevistado n.4, 23 anos).

Mudô bastante! Oh! Muita química, hoje você come rápido, você come correndo, porque tudo você é controlado pelo horário. Então é tudo corrido, alimentação é tudo diferente (Entrevistada n.3, 51 anos).

Em relação à família, esta se constitui para o campesinato um eixo central, devido a necessidade de produção, manutenção e de reprodução da unidade produtiva, além de ser o *locus* de socialização dos indivíduos. É por meio da família que as tradições e os saberes são transmitidos, sejam eles sobre o trabalho, o cuidado doméstico, a criação de animais e os hábitos culinários, entre outros.

A instituição família tomada amplamente e em especial a camponesa, é atravessada por intensas e rápidas mudanças, sobretudo as de ordem econômica e cultural. Essas mudanças ocorrem devido a contínua migração juvenil em busca de trabalho e melhores condições de vida na cidade; a falta de alternativas para os jovens do campo (educacionais, esportivas, tecnológicas, entre outras); penetração crescente da esfera comunicacional e midiática, com a sedução pelo urbano, pelo consumo e a possibilidade do "sucesso"; os conflitos geracionais que se aguçam; as questões de gênero, entre vários outros aspectos dos quais só podemos dar indicações.

Tratar sobre a comunidade camponesa é tarefa complexa, sobretudo pela dinâmica das mudanças em curso na contemporaneidade. É necessário, portanto, considerar quatro aspectos principais: a) a comunidade camponesa mantém sua especificidade em relação ao espaço urbano; b) a especificidade das comunidades não é homogênea nos espaços em que elas se constituem; c) apesar da especificidade que a diferencia, a comunidade camponesa, pelo próprio avanço da globalização e *mundialização do capital*, acaba por incorporar características do urbano em uma intensa e nítida relação dialética; d) apesar de considerarmos, as relações entre rural e urbano dialéticas, entendemos que a comunidade camponesa sai desta interação su-

bordinada, como o lado mais fraco e prejudicado (SANTOS, 1984).

Retratando um pouco do modo como se desenvolviam as relações em comunidade, resgata-se a vivência de uma ex-camponesa, a respeito de como se divertiam nos finais de semana na comunidade onde vivia:

[...] festa não tinha todo fim de semana pra ir, mas a gente se reunia lá na igreja né, daí tinha o campo, tinha a quadra de esporte que a gente jogava lá, jogava vôlei, brincava lá, tinha... a comunidade era grande né, tinha uns 70 jovem, lá a gente se reunia todo mundo lá, e lá a gente fazia brincadeira, passava a tarde lá, ia pra casa no escurece (Entrevistada n.9, 43 anos).

Por fim, cabe salientar que mesmo passando por transformações, muitas das características da comunidade permanecem no tempo, as quais como apontou Chauí (2006), constituem um modo de ser singular dos seus membros, que vivem na comunidade e se identificam enquanto tal, tem as suas relações e aspirações mais calcadas na solidariedade comunitária, ao contrário da impessoalidade urbana apontada por Engels (2008), ainda no século XIX nas ruas da moderna Inglaterra industrial.

O PRIMADO DA CATEGORIA TRABALHO

Compreendemos o trabalho como a categoria fundante (LESSA, 1994; 2006), tendo em vista ser o trabalho o meio indispensável para que o ser humano possa garantir a sua sobrevivência. Segundo Marx (1996), o trabalho é a mediação eterna entre o homem e a natureza, independente da forma de sociedade. O trabalho se constitui pois, na *práxis* humana teleologicamente orientada a um fim, a qual atua sobre a natureza produzindo os meios de produção e subsistência necessários para a vida social.

É por meio do trabalho que o ser humano se diferencia dos outros animais, pois ao contrário destes, o homem age sobre a natureza no intuito de transformá-la. Ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Portanto, o trabalho é a *conditio sine qua non* da existência humana, base material e insuprimível pela qual se constrói o homem e toda a humanidade. (LESSA, 2006)

O trabalho possui três aspectos fundamentais, que apesar de distintos, são partes

constitutivas de um mesmo processo. Trata-se da teleologia, da objetivação e da exteriorização. Por teleologia compreende-se o processo segundo o qual o indivíduo constrói determinada finalidade na ideia antes de materializá-la, ou seja, a materialização de um objeto já existia na mente do indivíduo antes de ser construído; é a finalidade que orientará uma determinada ação/objetivação/materialização (LESSA, 2006).

A objetivação é o ato de materializar aquilo que foi idealmente concebido; é dar uma forma material a ideia de um indivíduo. É o processo de dar forma a uma ideia, fazendo interagir teleologia e causalidade, resultando em um “produto” raramente idêntico aquilo que foi previamente idealizado (LESSA, 2006).

O processo de exteriorização é a manifestação no objeto construído da singularidade do sujeito que o construiu; é a expressão da subjetividade única do indivíduo, dando forma singular aquilo que ele produziu. É o processo em que, ao transformar a natureza, o sujeito também se transforma; é a forma pela qual o indivíduo desenvolve tanto em si, no grupo social e também sobre seu objeto, novas necessidades e possibilidades que impulsionam todos para patamares mais amplos ou elevados de desenvolvimento (MARX, 1996).

O TRABALHO SOB A LÓGICA DO CAPITAL

O trabalho criador de toda a riqueza social é transformado, sob o modo de produção capitalista, em mero mecanismo de reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, em seu amplo domínio ideológico-político. A classe capitalista submete e explora o trabalho alheio, com o objetivo de alçar-se ao domínio hegemônico da sociedade, fazendo com que o trabalho sirva de meio pelo qual ela atinja seus fins de acumulação e subjugação de todas as classes sociais aos seus desígnios particulares.

O que passa a imperar sob o modo de produção capitalista, não é o *valor-de-uso* de um dado produto ou objeto, ou seja, aquilo que satisfaz as necessidades humanas, mas sim, o *valor-de-troca*, que em outros termos, é o valor que se pode auferir na troca das mercadorias, a valorização do seu capital; não importa aqui o que se vende, o que importa é se dará lucro ou não, independente do “custo social” ou das possíveis conseqüências ao restante da sociedade ou da natureza (LESSA, 2006).

Os trabalhadores são os responsáveis pela produção do *conteúdo material da riqueza social*. Nessa perspectiva, ao longo de seu desenvolvimento, o capitalismo tratou de despojar os trabalhadores de quaisquer meios de produção, subjugando-os a sua exploração e legitimação, inclusive por meio do Estado (MANDEL, 1977).

Portanto, a classe trabalhadora está subsumida aos ditames do capital. Produz a riqueza da qual não pode apropriar-se; também não pode deixar de vender-se diariamente a classe dos capitalistas, oferecendo a sua força-de-trabalho – única mercadoria de que dispõe –, a exploração ávida dos detentores dos meios de produção, o que não pode deixar de fazê-lo sem renunciar à própria existência. (MARX, 1982). A menos que se organize coletivamente, como fez ao longo da história e lute pela transformação social.

Ao tratarmos do modo de produção dominante, é importante refletirmos sobre dois aspectos que lhe são intrínsecos, dois fenômenos diferentes e que, no entanto, não são dicotômicos: trata-se da exploração e da alienação do trabalho, que na atual fase do capitalismo mundializado, tem atingido níveis de intensificação cada vez maiores. (DAL ROSSO, 2008). Há que se destacar também que, tanto a exploração quanto a alienação, não são especificidades apenas do capitalismo, mas sim, elementos execráveis que acompanham a humanidade desde a constituição da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes antagônicas.

Segundo Sérgio Lessa (2006), a burguesia cumpriu um papel extremamente importante, no tange a derrocada do *ancien régime* (antigo regime ou feudalismo), proporcionando um grande salto no desenvolvimento das *forças produtivas*; passou-se da fase da carência para a fase da abundância, ou seja, pela primeira vez na história a humanidade passou a produzir mais do que consome. No entanto, essa crescente produção e produtividade, não é distribuída para toda a sociedade, mas, tão somente, serve de acumulação na consolidação hegemônica da *ordem burguesa*, não sendo mais favorável ao desenvolvimento global das forças produtivas. Ao contrário, obstaculiza, fazendo com que se acumule a miséria para a *classe-que-vive-do-*

-trabalho.

Essa acumulação de riqueza sob domínio do capital, é garantida segundo Marx (1996), através do tempo de trabalho apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador, o qual é denominado de *mais-valia, sobretrabalho ou trabalho excedente*. Sem o “mecanismo” da *mais-valia*, o sistema *sociometabólico do capital* não se reproduz e não se sustenta.

O sistema de exploração do trabalho foi, com passar dos tempos, sendo cada vez mais aperfeiçoado, em especial, pela introdução em escala crescente da maquinaria, aumentando a extração da taxa de *mais-valia* e levando a um embrutecimento do trabalhador, tornando-o mero *apêndice da máquina* (BRAVERMAN, 1977). A acentuada divisão do trabalho e a ameaça do desemprego força os trabalhadores a jornadas exaustivas. Uma operária assim descreveu seu trabalho na linha de produção fabril:

Tem meta, tem que sê cumprido a meta, e é bem assim... é puxado, lá dentro é bem... é continuado, sempre naquele ritmo, e é apuradinho sabe, não tem eu pará porque é linha né e daí tá passando, se você não fizé passa (Entrevistada n.3, 51 anos).

A mercantilização em nível mundial submete várias dimensões da vida humana aos imperativos da reprodução ampliada do capital, fazendo com que “as relações entre indivíduos e grupos sociais não *ocorram* diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda” (BRAVERMAN, 1977, p. 235).

Vários são os fatores que contribuem para a crescente exploração do trabalho. Atualmente, devido ao processo de *mundialização*, o capital criou, segundo Chesnais (1996), uma *força de trabalho* supérflua – do ponto de vista do capital – em nível mundial, ou seja, há uma internacionalização do *exército industrial de reserva*.

Outra dimensão fundamental é a questão da alienação,¹⁰ e as consequências para a manutenção da ordem vigente. Por alienação compreendemos o processo pelo qual o homem aliena de si mesmo aquilo que ele mesmo produziu, ou seja, aquilo que é produto humano não é visto como tal, como seu, mas sim, alienado a

¹⁰A categoria da alienação é objeto de controvérsias e polêmicas; optou-se aqui, seguir a mesma linha de pensamento de autores como Antunes (1995; 1999; 2004) e Lessa (1994; 2006a), usando o termo correspondente em alemão. Entretanto, para uma melhor compreensão sobre o assunto, ver também: Bottomore (2001, p. 5-9).

outro; não por mera vontade própria, pois não se constitui num ato individual, mas a condicionamentos da estrutura das relações sociais vigentes na sociedade.

Além da esfera produtiva, a alienação penetra, na contemporaneidade, por praticamente todas as esferas da sociabilidade. Não é apenas uma alienação de um produto, de uma objetivação, mas como Marx apontou, também do sujeito com a natureza, do homem consigo próprio e com o restante da humanidade (BOT-TOMORE, 2001).

A dinâmica impositiva do capitalismo faz com que aquilo que é produto do construto humano, por meio da alienação, não apareça como tal ao indivíduo que a produziu, mas lhe pareça sim, como algo estranho, alheio, e este “algo” não raramente se lhe apresenta de forma hostil (MARX, 2004). Portanto, “[...] sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega” (ANTUNES, 1995, p. 127).

A situação do indivíduo diluído nas agudas contradições alienantes do capital, ganham dimensões maiores na contemporaneidade; há uma alienação/estranhamento profundos, e não é só na esfera produtiva, mas também na família, no lazer, no entretenimento e nas relações sociais mais amplas, cada vez mais são os “outros” que controlam aquilo que “não compete” mais aos indivíduos.

Portanto, em razão da amplitude dos fatores alienantes, assim como questionava Marx nos *Manuscritos de 1844*, quem são os “outros”? A quem nos alienamos? O próprio Marx responde: “O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo” (MARX, 2004, p. 153, *grifo nosso*).

O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

A partir de 1970, com a falência do Estado-do-Bem-Estar-Social nos países centrais e da emergência da *crise estrutural do capital*, o capital articulou um conjunto de reordenamentos, buscando sobretudo, manter sua hegemonia nos planos econômico e políticos. A hegemonia política anterior, apoiada no *welfare state* de base keynesiana – sem desconsiderar as manifestações de força do proletariado –, entrou

em colapso e em seu lugar entre em cena o chamado neoliberalismo (LESSA, 2006).

No plano da hegemonia econômica, diante do esgotamento do modelo produtivo, o qual ancorava-se na produção em massa do fordismo-taylorismo, levou a um agravamento da crise de *sobreacumulação*. Em seu lugar advém a reestruturação produtiva, ou o que alguns autores denominam de *produção flexível*. A reestruturação produtiva baseia-se no toyotismo, o qual “constitui um novo ímpeto da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional [...], compondo uma nova base tecnológica, organizacional e socio-metabólica para a exploração da força de trabalho” (ALVES, 2011, p. 13).

O toyotismo atende, do ponto de vista do capital, com muito mais eficiência, a lógica de reprodução do sistema, na condição de crise estrutural em que se encontra mergulhado. Destacamos algumas características centrais deste modelo produtivo e as principais consequências para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Segundo Antunes (1995) e Alves (2011), o toyotismo implementa uma reestruturação da produção ancorada nos seguintes alicerces: polivalência; just in time; *kanban*; *lean production* (produção enxuta); predomínio do avanço tecnológico e da automação; trabalho em equipes (Círculos de Controle da Qualidade – CCQs); “qualidade total”; terceirização (subcontratação); flexibilização (da produção) e desregulamentação (dos direitos trabalhistas), entre outros aspectos.

Sobre os aspectos da produtividade e do trabalho em equipe, destacamos a fala de um operário:

[...] lá nós temos uma meta, por exemplo, tem que atende 98% dos pedido né... é 98%! [...] então nós atingindo a meta né... nós tipo, aumento de salário é por equipe, não é individual (Entrevistado n.8, 45 anos).

Na fala do trabalhador observamos que, além das metas serem altas, portanto, difíceis de serem cumpridas, elas exigem regularidade e não garantem efetivamente melhorias salariais. Por outro lado, quando há referência de aumento salarial por equipe, o trabalhador quer dizer que toda a equipe deve ter um bom rendimento – atingindo as metas estabelecidas –, mas isso não significa que toda a equipe será beneficiada em caso de aumento salarial, mas sim, apenas

alguns, com vistas a preservar, além de outros elementos, o “espírito” de competição interna ao grupo e também com grupos externos.

Apesar do reiterado discurso empresarial, em que se destaca o sutil envolvimento manipulatório do trabalhador (ALVES, 2011), a realidade expõe a nu que os fundamentos da exploração capitalista ainda permanecem muito sólidos, quais sejam: *o que, como e para quem se produz!* O extraordinário desenvolvimento das *forças produtivas* já alcançado, não significa que a maioria da humanidade usufrua dela, mas, ao contrário, o que se constata é que ancorada na produção destrutiva, o que sobra para os trabalhadores é a brutal acumulação de miséria, do desemprego ou subemprego e as doenças do trabalho¹¹.

O impacto do trabalho precarizado na saúde do trabalhador, na instância psíquica e na corporalidade viva (ALVES, 2011), destacamos o estudo de Abramides e Cabral (2003) em que se constata um aumento significativo nas doenças socio-ocupacionais, sobretudo, daquelas atividades que exigem polivalência, intensificação e repetitividade, ocasionando as LER/Dort (Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Também há a questão dos horários atípicos, comprometendo as relações familiares, práticas religiosas e as outras relações sociais mais amplas, ou por outro lado, desencadear distúrbios de sono, psicopatologias ou até mesmo isolamento/introversão (MORENO; FICHER; ROTENBERG, 2003).

Na entrevista com duas operárias, uma destacou a impossibilidade de reunião dos membros familiares durante toda a semana, devido a turnos de trabalho diferentes; a outra destaca que, apesar de morar no “*mesmo lugar a quase cinco anos*”, apenas visitou a casa de sua tia uma vez, apesar de ficar próxima da sua, “*não tem muito tempo de ficá na casa dos outros*”¹² afirma.

Por fim, a atual hegemonia do neoliberalismo e do toyotismo buscam garantir a espoliação dos trabalhadores nessa etapa de crise estrutural, como observou Alves (2011), de não apenas apropriar-se da capacidade produtiva do indivíduo (seu corpo), como na vigência do fordismo-taylorismo, mas apropriar-se também

da capacidade criativa, do conhecimento do trabalhador, numa direção de precarização em escalada crescente, exacerbando o *sociometabolismo da barbárie*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da *modernização da agricultura*, os latifundiários consolidam sua hegemonia, apoiados pelo Estado em detrimento do campesinato, fortemente subordinado aos complexos agroindustriais e à proletarização no campo e na cidade. Ao inserir-se na nova realidade do trabalho industrial, o camponês metamorfoseia-se em operário e a dinâmica do espaço fabril logo lhe imprime a disciplina do trabalho assalariado. Primeiramente, sob o domínio do fordismo-taylorismo e, a partir da década de 1990 em diante com a produção flexível/reestruturação produtiva, o trabalhador é cada vez mais submetido à intensificação e precarização do trabalho, operando silenciosamente uma transformação sociocultural funcional a lógica de reprodução do capital.

Compreendemos ser o trabalho o nóculo central das transformações sociais e elencamos algumas dimensões em que a incorporação ao mundo urbano industrial processou na singularidade sociocultural dos camponeses. Apresentamos, sinteticamente, breves considerações sobre as mudanças percebidas pelos trabalhadores nos aspectos relativos a alimentação, ao lazer e a vizinhança, a relações familiares e, fundamentalmente, sobre o trabalho.

Por meio da pesquisa de campo, constatamos que a maioria dos trabalhadores percebe mudanças no seu padrão alimentar, destacando que, apesar de consumirem basicamente os mesmos alimentos, identificam-na com uma alimentação não-saudável, quando comparada ao que consumiam anteriormente no campo. Poucos ressaltaram o fato de que agora, na cidade, praticamente toda a alimentação é comprada, tudo é mercadoria e a qualidade de seu padrão alimentar passa, essencialmente, pelo seu poder de compra.

Em relação ao lazer e a vizinhança, há pouco tempo para essas práticas, pois as exigências do trabalho acabam por ocupar esses

¹¹No Brasil, segundo pesquisa do Laboratório de Saúde do Trabalhador da UnB, só em 2004 foram concedidos mais de 100 mil benefícios do tipo auxílio-doença por distúrbios mentais (depressão, ansiedade, alcoolismo, reações a estresse grave, etc.) (ROVANI, 2007 apud DE GRAZIA, 2008, p. 55).

¹²(Entrevistada n.9, 43 anos e Entrevistada n.5, 26 anos).

tempos; também ressautou-se que grande parte das atividades de lazer exigem dispêndio de recursos por vezes já escassos. No que tange à vizinhança, há a afirmação quase unânime de que se mantém relações cordiais, entretanto, há pouco tempo ou disposição para a visita, cooperação ou outras relações entre vizinhos. De modo geral, apenas se cumprimentam, predominando as relações de isolamento intrafamiliar.

A religiosidade se mantém entre os trabalhadores, característica própria do legado da cultura camponesa. Por algumas vezes, segundo relato, a prática religiosa é dificultada, tendo em vista a dinâmica do trabalho fabril avançar em dias considerados “santos”, feriados ou nos finais de semana, além dos horários atípicos, como a noite no trabalho organizada em turnos.

A família, por sua vez, vêm atravessando muitas dificuldades, sobretudo, em torno da fragmentação/atomização dos indivíduos em seu interior, na falta de diálogo ou socialização, na ausência de convivência entre os seus membros e, por vezes, a impossibilidade de transmissão dos valores da família camponesa. A maioria dos trabalhadores busca ocultar sinais das problemáticas anteriormente apontadas, caracterizando-nas, às vezes, como inevitáveis ou mesmo subestimando ou conformando-se a elas.

Na questão do trabalho, categoria considerada central para a compreensão do processo, destacamos alguns aspectos fundamentais que contribuem nessa transformação sociocultural. Todos os trabalhadores destacam a ausência, mesmo que relativa, de autonomia no trabalho industrial, pois estão subordinados a processos produtivos intensificados, monótonos e repetitivos. Também destacam-se as pressões pelo cumprimento de metas de produtividade e qualidade; competitividade entre colegas; horários extremamente rígidos; vigilância de auxiliares que cobram rendimento, pontualidade e assiduidade; medo do desemprego, entre outros fatores.

Conclui-se, portanto, que o trabalho industrial sob o capital, exclui qualquer possibilidade de autonomia do indivíduo, tampouco satisfação ou emancipação. Ao mesmo tempo, há um processo de apropriação não apenas da força de trabalho do ser que trabalha, mas de sua criatividade, manipulando-o de acordo com os interesses da empresa, ao criar falsas promessas de ascensão ao trabalhador.

Cabe salientar que as transformações ocorridas na esfera do trabalho, da agricultura para a fábrica, movidas pela *mundialização do capital*, delineiam as trajetórias socioculturais dos trabalhadores que, necessitando garantir sua sobrevivência, aos poucos vão adequando seus comportamentos a nova dinâmica urbano-industrial. Desse modo, a lenta destruição da sociabilidade camponesa, ainda que esta tenha demonstrado resistência, é uma das condições para a garantia da produção e reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 1, jan./mar. 2003. p. 3-10.
- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- ALVES, A. F. (Org.). **Agroecologia e consumo consciente**. Francisco Beltrão: SETI; USF, 2010.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BONAMIGO, C. A. **Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 219 f. (Tese Doutorado em Educação).
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BRASIL. **Plano safra da agricultura familiar – 2010/2011**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DE GRAZIA, G. Os trabalhadores do século XXI e seu “refazer-se” como classe: utopia ultrapassada ou desafio atual? **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 93, mar. 2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: commodities já representam 71% das exportações. **Valor Econômico**, jun. 2011. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2011.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p.

_____. **Sinopse do censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LESSA, S. **A centralidade do trabalho na ontologia de Lukács. 1994. Tese (Doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 1994.

LESSA, S. **Trabalho e sujeito revolucionário no debate contemporâneo**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, 2006.

LUKÁCS, G. Nova e velha cultura. In: _____. **Revolución y antiparlamentarismo**. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978. Disponível em: <www.marxismarchiv.net>. Acesso em: 21 nov. 2010.

MANDEL, E. **Teoria marxista do estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. Disponível em: <www.marxist.org>. Acesso em: 25 set. 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1996. (Os Economistas).

_____. **Trabalho assalariado e capital**. Lisboa: Editorial Avante!, 1982. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 11 ago. 2011.

_____. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORENO, C. R. de C.; FISCHER, F. M.; ROTENBERG, L. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.17, n. 1, jan./mar. 2003. p. 34-46.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação**

humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIGOTTO, R. **A herança maldita do agrotóxico**. Disponível em: <www.espsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 07 jul. 2011.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão popular, 2005b.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZAYAS, T.; GODEIRO, N. Terra, agronegócio e colonização. **Revista Marxismo Vivo**, n. 10, p. 43-56, 2004.

DEL CAMPO PARA LA CIUDAD: TRANSFORMACIONES SOCIOCULTURALES EN EL TRABAJO CAMPESINO

RESUMEN: Esta investigación analiza las trayectorias socioculturales de los campesinos que migraron del campo para la ciudad, en el municipio de Francisco Beltrão, PR, a partir de 1950, teniendo como eje central las metamorfosis en el proceso de trabajo. Se parte de la perspectiva de que la modernización de la agricultura puso la élite agraria a expensas de los campesinos. Estos, no teniendo medios de reproducirse en el campo, tuvieron como horizonte, en la mayoría de las veces, solamente la proletarianización urbana como medio de garantizar su supervivencia. Desde la ruptura de su condición campesina, expresa en la subordinación/explotación de su trabajo en la industria, el ex-campesino pasa a ser “domesticado” intensivamente, en una lógica que busca la reproducción ampliada del capital. Esas transformaciones en el ámbito del trabajo, teniendo por eje el avance del capital en el campo y la expropiación de los medios

de producción y subsistencia del campesino, han traído cambios en varios aspectos socioculturales, destacándose la alimentación, la religiosidad, las relaciones de vecindad, familiares y de amistades, entre otros aspectos. Así, se busca comprender en qué medida esas transformaciones socioculturales, operadas por la dinámica de la explotación/subordinación del trabajo al capital, contribuyen para agudizar o mismo dar nuevos contornos a la cuestión social. Partimos de una investigación teórica sobre el asunto y, posteriormente, a una pesquisa de campo (encuesta semiestructurada) con diez (10) trabajadores formales, que migraron del campo y hoy son empleados en industrias. Finalizando con el análisis de las informaciones recopiladas, efectuadas entre los meses de agosto y septiembre de 2011, tratando sobre la dinámica sociocultural y del trabajo en el campo, así como en el espacio urbano industrial. El proyecto de investigación que originó este artículo fue aprobado por CEPEH/UNIPAR, bajo el protocolo nº 20903/2011.

PALABRAS CLAVE: Modernización de la Agricultura; Campesino; Trabajo; Transformaciones Socioculturales.